

## O AGROAMIGO E O PÚBLICO POTENCIAL DO PRONAF B: UMA ANÁLISE DO ALCANCE A PARTIR DO CADASTRO SOCIOECONÔMICO

### Agroamigo and public potential Pronaf B: an analysis of reach from socioeconomic cadaster

**Maria Odete Alves**

Engenheira Agrônoma. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste/Banco do Nordeste do Brasil. moalves@bnb.gov.br

**Resumo:** Criado em 2005, o Agroamigo adota metodologia diferenciada para alcançar e oferecer tratamento adequado a agricultores familiares pobres da área de atuação do BNB, visando suprir as dificuldades observadas no Pronaf B. Em 2012, o Agroamigo expandiu seu público-alvo para além do Pronaf B. Em função disso, este artigo verifica se, a despeito de tal expansão, o Programa continua privilegiando aquele público inicial. Analisam-se dados de um cadastro socioeconômico levantados por assessores de microcrédito do Programa, durante visitas prévias ao financiamento, com recorte temporal para o período de sua expansão, 2012-2014. Confrontam-se tais informações com dados sobre o público-alvo do Pronaf B. Verificou-se precariedade no acesso a infraestrutura de produção, mas avanços em relação à participação feminina e à bancarização. A produção concentra-se na atividade pecuária, comercializam-se os produtos preferencialmente nos mercados locais, de forma individual, diretamente para os consumidores e a renda média total obtida não ultrapassa R\$ 20 mil anuais. Conclui-se que, apesar da ampliação para outros públicos, o Agroamigo segue priorizando o agricultor enquadrado no Pronaf B, com a ressalva de que a base de clientes ampliada cobre apenas três anos de operacionalização, requerendo uma avaliação futura para confirmação.

**Palavras-chave:** Pronaf B; Agroamigo; Público Potencial; Perfil Socioeconômico.

**Abstract:** Created in 2005, the Agroamigo adopts a differentiated methodology to achieve and offer appropriate services to poor family farmers of the BNB operational area, in order to meet the difficulties observed in the Pronaf B. In 2012, the Agroamigo expanded its target public beyond the Pronaf B. Due to this, the present article verifies that, in spite of this expansion, the program continues favoring that initial clients. The data analyzed come from a socioeconomic database raised by the program officers, during visits previous to the financing, with time frame for the period of its expansion, from 2012 to 2014. This information is confronted with data of the target public of Pronaf B. It was found precariousness in terms of access to production infrastructure, but progress in relation to female participation and access to bank services. The production focuses on livestock farming, being the products traded preferentially in local markets, individually, directly to consumers and the overall average income obtained does not go beyond R\$ 20 thousand a year. It concludes that despite the expansion to other clients, Agroamigo continues to prioritize the farmer framed in Pronaf B, with the caveat that the enlarged customer base covers only three years of operation, requiring further evaluation for confirmation.

**Key words:** Pronaf B; Agroamigo; Potential Public; Socioeconomic Profile.

## 1 Introdução

Desde a criação do Pronaf, uma discussão recorrente em trabalhos acadêmicos é a concentração do crédito em algumas regiões, em determinados segmentos e a dificuldade de reverter esse quadro. Basta verificar a representação do segmento no País, para entender que não se trata de preocupação trivial. Com efeito, trabalho de Aquino *et al.* (2014) a partir de tabulações especiais do Censo Agropecuário 2006, aponta que o grupo de agricultores familiares pronafianos B (com enquadramento no perfil do Pronaf B) chega a 2,4 milhões, o equivalente a 46,68% do total de estabelecimentos rurais do Brasil. O Nordeste concentra mais de 60% desse público.

Dentro da região Nordeste, a participação relativa do público pronafiano B no universo da agricultura familiar é ainda mais elevada (mais de 71%), superando as demais regiões brasileiras (Norte: 37,4%; Sudeste: 50,95%; Sul: 31,74%; Centro-Oeste: 31,22%), de acordo com Aquino *et al.* (2014).

É também no Nordeste que os agricultores familiares com enquadramento no Pronaf B são mais afetados pela exclusão do crédito. São diversas as análises que indicam a continuidade da orientação dos recursos para segmentos com melhor desempenho produtivo, especializados em determinadas atividades e mais integrados aos mercados (ABRAMOVAY; VEIGA, 1998; CORRÊA, 2004; MAGALHÃES; FILIZZOLA, 2005; MATTEI, 2005; GUANZIROLI, 2007, dentre outros). Aparentam-se limitações de ordens diversas, inclusive operacionais, como responsáveis pela dificuldade de acesso dos agricultores ao Pronaf B.

Enfim, os dados mostram que apesar do esforço do Governo Federal para incluir os agricultores mais pobres, ao criar o Pronaf B, o problema não foi solucionado, principalmente na maior porção da área de atuação do BNB (Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo). De acordo com Aquino *et al.* (2014), a região Nordeste e o estado de Minas Gerais, juntos, concentram 75% dos agricultores brasileiros de baixa renda.

Responsável pela operacionalização do Pronaf B em sua área de jurisdição, em 2005 o BNB criou o Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado (Agroamigo). Trata-se de uma metodologia diferenciada, criada em função da preocupação de alcançar e oferecer tratamento adequado àquele público. Assim, apesar da ampliação em

2012 para atendimento dos demais grupos do Pronaf (exceto A e A/C), espera-se que o Agroamigo permaneça como alternativa para suprir a lacuna observada no Pronaf B em relação ao alcance do seu público-alvo na área de atuação do BNB.

Neste contexto, o presente trabalho objetiva verificar se, a despeito da recente ampliação para outros grupos, o Agroamigo continua priorizando aquele público inicial. Para tanto, analisam-se dados de um cadastro socioeconômico apanhados por assessores de microcrédito do Programa, durante visitas prévias ao financiamento. Para verificar se existe semelhança entre o perfil desses agricultores e o do público enquadrado no Pronaf B, confrontam-se as informações obtidas do cadastro com aquelas levantadas no Censo Agropecuário de 2006<sup>1</sup>, em particular, mas não exclusivamente, aquelas contidas no trabalho realizado por Aquino *et al.* (2014)<sup>2</sup>.

O banco de dados que serve de base para a análise contempla 14.807 informantes e as entrevistas foram realizadas no período de 2010 a 2014, em toda a área de atuação do BNB. Para efeito deste trabalho, analisam-se somente entrevistas tomadas de 2012 a 2014, período que contempla a expansão do Agroamigo para outros grupos do Pronaf.

O trabalho é distribuído em quatro seções, incluindo esta introdução (seção um) e as considerações finais (seção quatro). A seção dois é dedicada à apresentação do Agroamigo, sua metodologia de operacionalização, condições para contratação e público-alvo atual. A seção três apresenta a análise do conteúdo do cadastro socioeconômico, confrontando-o com dados sobre o público-alvo do Pronaf B.

## 2 O Agroamigo: metodologia e público-alvo

O Agroamigo foi criado pelo BNB em janeiro de 2005. Com isso, os formuladores desejavam atender de forma diferenciada agricultores de baixa renda enquadrados no Pronaf B. Pretendia-se agilizar o processo de concessão de crédito, redu-

1 Cabe esclarecer que não existe total correspondência entre as variáveis utilizadas no cadastramento e no Censo Agropecuário 2006, o que impossibilita a confrontação de determinadas informações. Portanto, na medida da importância e da necessidade, outras fontes confiáveis são utilizadas para auxiliar na compreensão dos dados cadastrais analisados.

2 Aquino *et al.* (2014) levantaram o perfil socioeconômico do público potencial do Pronaf B na região Nordeste e no estado de Minas Gerais a partir de “tabulações especiais” do Censo Agropecuário 2006, realizadas pelo IBGE e o MDA.

zir a inadimplência, melhorar a qualidade do atendimento e ampliar o número de beneficiários, com redução de custos para os mesmos (BNB, 2015b). A gestão do Programa conta com metodologia própria - e esse é seu maior diferencial - adaptada do Crediamigo, um programa de microcrédito urbano do BNB que atua desde 1998.

Posteriormente (a partir de 2012), o público-alvo do Agroamigo foi ampliado, passando a ser operacionalizado com duas modalidades metodológicas internas: Agroamigo Crescer (Pronaf B) e Agroamigo Mais (demais linhas de crédito do Pronaf, exceto aquelas pertencentes aos grupos A e A/C), conforme BNB (2015b). O Pronaf B enquadra agricultores familiares que praticam atividades rurais e cumprem os seguintes quesitos (Lei nº 11.326, de 2006): exerçam a direção dos trabalhos do estabelecimento, cuja renda bruta anual não supere os R\$ 20 mil, a área explorada não ultrapasse os quatro módulos fiscais<sup>3</sup> e a mão de obra utilizada seja predominantemente familiar. Os demais grupos do Pronaf atendidos pelo Agroamigo (Agroamigo Mais) são dirigidos a agricultores com renda bruta anual superior a R\$ 20 mil e até R\$ 360 mil.

A metodologia particular do Agroamigo envolve:

- a) Existência da figura do Assessor de Microcrédito Rural, profissional de nível médio, de preferência técnico agrícola, oriundo da própria comunidade e com vivência na zona rural.
- b) Atendimento integral do cliente na própria comunidade.
- c) Crédito concedido de forma gradativa e sequencial.
- d) Crédito concedido baseado fundamentalmente na proximidade entre os assessores e a população local, sem exigência de garantias reais (Agroamigo Crescer) ou regendo-se pelas normas dos programas, podendo contemplar garantias reais ou pessoais

<sup>3</sup> Módulo Fiscal é uma unidade relativa de área, expressa em hectares, diferenciada por município. Serve de parâmetro para a classificação dos imóveis rurais quanto ao tamanho, de modo a permitir que cumpra a função social (Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993). Leva em conta os seguintes parâmetros: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada.

(Agroamigo Mais).

- e) Valor do crédito, número de parcelas e prazo para pagamento não obedecem a um padrão, mas são fixados levando em conta os ciclos produtivos das atividades financiadas.
- f) Liberação do crédito por meio de depósito em conta corrente.
- g) Pagamento do financiamento por meio de carnê.
- h) Gerenciamento individualizado da carteira.

O atendimento integral que o Assessor de Microcrédito deve oferecer ao agricultor prevê o acúmulo de algumas atribuições, dentre as quais se destacam (BNB, 2015b; ENAP, 2011):

- ✓ Promover e divulgar o Programa por meio de palestras informativas.
- ✓ Realizar visitas prévias ao financiamento e visitas pós-concessão para verificar a aplicação de recursos, acompanhar e orientar o agricultor.
- ✓ Conduzir e orientar a elaboração de propostas simplificadas de crédito.
- ✓ Conduzir e orientar o estudo de viabilidade econômica das propostas de crédito.
- ✓ Realizar levantamento de dados cadastrais de clientes.

Para a execução operacional do Agroamigo, o BNB conta com a parceria do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), ao qual estão ligados os Assessores de Microcrédito Rural. A parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) acontece desde a origem do Programa, na modelagem operacional, na alteração de regras do Pronaf B para adaptação ao novo modelo, no custeio de parte das despesas de capacitação dos Assessores e na viabilização da aquisição de motos para o deslocamento dos mesmos. Com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a parceria existe desde 2011, com o objetivo de expandir o Plano Brasil Sem Miséria, a partir da concessão de crédito para beneficiários do Bolsa Família.

O acúmulo das aplicações do Agroamigo desde sua criação é significativo, tanto em quantidade de operações quanto em valor. Do ano de 2005 a fevereiro de 2015 foram contratadas mais

de 3,1 milhões de operações, acumulando um valor de cerca de R\$ 6,86 bilhões, com um valor médio por aplicação de R\$ 2.157,20 (BNB, 2015c).

### 3 O cadastro socioeconômico dos candidatos

Como apontado na introdução deste documento, a presente seção é dedicada à análise dos dados de um cadastro socioeconômico cuja coleta foi feita por assessores do Agroamigo, durante as visitas prévias ao financiamento. O recorte temporal engloba os anos de 2012 a 2014. Para referência a esses atores, neste trabalho serão utilizados os termos “candidatos ao Agroamigo”, ou simplesmente “informantes”.

Visando verificar se há semelhança entre o perfil dos candidatos ao Agroamigo e o perfil do agricultor que se enquadra no Pronaf B, confrontam-se as informações coletadas no cadastro, sobretudo com dados de tabulações especiais do Censo Agropecuário 2006, em particular, mas não exclusivamente, aqueles utilizados para dimensionar o público potencial do Pronaf B (AQUINO *et al.*, 2014).

Além daquelas características que definem o agricultor familiar (Lei nº. 11.326, de 2006), o potencial pronafiano B, caracterizado a partir das tabulações especiais do Censo Agropecuário 2006, atende às seguintes condições (DEL GROSSI, 2011, IBGE/SIDRA, 2012, MDA/SAF/PRONAF, 2006 *apud* AQUINO; LACERDA, 2014, p. 171-172): explora parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; reside na propriedade ou em local próximo; obtém, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento.

#### 3.1 Distribuição espacial e perfil domiciliar

É amplamente divulgado que o Nordeste concentra a maior quantidade dos estabelecimentos classificados como familiares no Brasil, cerca de 50%, ou 2,1 milhões (IBGE, 2009b). Ainda, em função da precariedade estrutural em que se encontra a maioria desses estabelecimentos, a Região concentra também a maior parcela do público potencial do Pronaf B. Segundo Aquino *et al.* (2014), eles somam 1,56 milhões (64,89% do total brasileiro), concentrando-se a maior parcela nos esta-

dos da Bahia e Ceará (respectivamente 20,59% e 10,52% do total do País). Outros estados com parcela importante de potenciais pronafianos B são Minas Gerais (10,04%), Pernambuco (8,07%), Maranhão (6,95%) e Piauí (6,88%).

Os dados de distribuição estadual dos candidatos ao Agroamigo não diferem daqueles observados nos dados do IBGE. Revela-se a supremacia da Bahia e do Ceará em número de informantes, com 15,1% e 12,9%, respectivamente (Tabela 1). Destacam-se, ainda, os estados de Minas Gerais (9,9%), Pernambuco (9,3%), Maranhão e Piauí (9,1% cada). Da mesma forma, numa análise dos dados de contratação do Agroamigo no período de 2005-2014 (BNB, 2015c), observa-se que existe conformidade com a distribuição do público potencial mencionado acima, na medida em que Bahia (17,7%), Ceará (14,7%), Pernambuco (11,9%), Piauí (10,6%), e Maranhão (9,6%) se apresentam, na sequência, como os estados com as maiores quantidades de contratos no Nordeste. Implica então que, em relação a este aspecto, há indicações de que o Agroamigo está conseguindo alcançar o público potencial do Pronaf B.

Tabela 1 – Distribuição dos candidatos ao Agroamigo por estado da área de atuação do BNB

Estado	Total de Informantes	%
Maranhão	1.176	9,1
Piauí	1.187	9,1
Ceará	1.676	12,9
Rio Grande do Norte	630	4,9
Paraíba	976	7,5
Pernambuco	1.208	9,3
Alagoas	736	5,7
Sergipe	714	5,5
Bahia	1.958	15,1
Minas Gerais	1.285	9,9
Espírito Santo	16	0,1
Não Disponível	1.427	11,0
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Dentro do Nordeste, 1,5 milhão de estabelecimentos rurais familiares se localizam na porção

semiárida, o equivalente a 69,9% do total de familiares da Região (IBGE, 2009a). Esta participação cai para 57,7%, quando se trata dos candidatos ao Agroamigo localizados no Semiárido nordestino, mesmo assim, mantendo a supremacia em relação aos localizados fora do Semiárido. Quando estendida a análise para toda a área de atuação do BNB, observa-se que o Semiárido abriga metade dos informantes (50,7%), dos quais 45,6% no Nordeste e 5,1% em Minas Gerais (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição dos candidatos ao Agroamigo por área de atuação do BNB

Área de Atuação	Total de Informantes	%
Semiárido nordestino	5921	45,6
Semiárido mineiro	661	5,1
Fora do Semiárido nordestino	4.340	33,4
Fora do Semiárido mineiro	574	4,4
Espírito Santo (Fora do Semiárido)	16	0,1
Não Disponível	1.477	11,1
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

As mulheres representam 47,1% do total dos cadastros, seguindo a tendência observada em pesquisas com beneficiários do Agroamigo, cujos percentuais registrados são superiores a 45% (NERI, 2012; ALMEIDA; AQUINO, 2014).

Cabe evidenciar, por oportuno, que as mulheres constituem um grupo em desvantagem nos vários campos da vida na sociedade brasileira, manifestando-se nas relações desiguais de poder e distribuição de recursos entre os sexos. Portanto, é também entre as mulheres que se verificam as mais elevadas taxas de pobreza (BANDEIRA, 2005).

Esses avanços da participação feminina nos últimos anos acontecem em diversas frentes, sendo fruto, principalmente, de cobranças sistemáticas dos movimentos feministas (FERNANDES, 2013). Em relação ao crédito, a criação do Pronaf Mulher e a permissão de acesso ao crédito via Pronaf B, é consequência de reivindicações antigas, representa uma inovação nas políticas públicas direcionadas ao meio rural e indica a necessidade de atenção para demandas e necessidades específicas de crédito por parte do público feminino.

### 3.2 Posse e uso da terra

O fator terra é de fundamental importância para a reprodução social dos agricultores, visto que repercute no nível de produção, nas tecnologias adotadas, bem como nas formas de inserção nos mercados. Mais que isso, a condição de posse e uso desse bem influencia a sucessão geracional no estabelecimento familiar, o que já justificaria a realização de uma análise mais detalhada desse aspecto.

Neste estudo, em particular, o conhecimento do tamanho dos estabelecimentos rurais possibilitaria realizar um cruzamento destes com a renda gerada internamente, de modo a obter informações sobre a influência do tamanho dos estabelecimentos no montante da renda. No entanto, os dados cadastrais coletados não contemplam informações sobre o tamanho dos estabelecimentos rurais, mas somente mostram que apenas 38,4% dos informantes são proprietários dos estabelecimentos nos quais exercem suas atividades agropecuárias e os demais se distribuem nas categorias de arrendatário/comodatário, posseiro, parceiro e meeiro (Tabela 3).

Por outro lado, é possível estender a esses informantes a afirmação, com base em dados do Censo Agropecuário 2006, de que a restrição fundiária é um dos fatores mais marcantes. Sabe-se que a maioria dos agricultores familiares nordestinos (mais de 58%) se encontra no extrato inferior a cinco hectares de extensão (AQUINO *et al.* 2014). Não se pode esquecer, também, que essa estrutura fundiária se assenta sobre áreas com solos reconhecidamente limitados para a agricultura, por serem rasos e com afloramentos rochosos, além da problemática de disponibilidade de recursos hídricos. Essa condição é decisiva no quadro de elevada pobreza registrado entre agricultores desse segmento.

Cabe mencionar, ainda, que a existência de grande número de minifúndios no Nordeste<sup>4</sup> decorre da forma de ocupação da Região e das estratégias históricas utilizadas pelas oligarquias locais. Os denominados estabelecimentos familiares nordestinos (2,1 milhões), segundo o Censo Agropecuário de 2006, têm área média de 7,72 hectares e representam cerca de metade dos agricultores familiares do País (IBGE, 2009b). Além destes

<sup>4</sup> Aqui, o termo “minifúndio” tem o sentido de pequena propriedade rural, em oposição ao “latifúndio”.

agricultores, existem os que sequer possuem um pouco de terra, os denominados “sem-terra”, potenciais clientes do Agroamigo, registrados pelo IBGE como parceiros (4%), os que pertencem a assentamentos sem titulação definitiva (4%) e os “ocupantes” (13%).

Os ocupantes podem ser associados aos “posseiros” que aparecem na Tabela 3. Estes últimos são antigos moradores de grandes fazendas que teriam se apossado das terras inexploradas (entregues, doadas formalmente ou abandonadas) e representam 13,6% dos candidatos ao Agroamigo, praticamente o mesmo percentual detectado pelo Censo.

Tabela 3 – Condições de posse e uso da terra dos candidatos ao Agroamigo

Posse e Uso da Terra	Total de Informantes	Total (%)
Proprietário	4.985	38,4
Arrendatário/Comodatário	2.480	19,1
Posseiro	1.771	13,6
Parceiro	1.560	12,0
Meeiro	355	2,7
Não Disponível	1.838	14,2
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Em boa medida, os posseiros elaboram estratégias de “uso comunal” das terras para assegurar condições de subsistência. O “uso comunal” envolve ainda terras resultantes de partilha entre herdeiros, portanto, ele não acontece apenas em circunstâncias de acesso estável em áreas de colonização antiga, mas também como formas relativamente transitórias inerentes a determinadas áreas de ocupação mais recente (ALMEIDA, 2009). Infelizmente, as categorias operacionais para elaboração do Censo Agropecuário não contemplam a forma de “uso comunal” de terras<sup>5</sup>. O não reconhecimento desses agricultores enquanto categoria, acarreta prejuízos pois, de certa forma, leva os formuladores de políticas a desconsiderarem suas especificidades, potencialidades e necessidades

5 As categorias utilizadas na coleta de dados para o Censo Agropecuário 2006 continuam sendo aquelas adotadas para o Censo Agropecuário 1995/1996: proprietário de terras próprias, assentado sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro e ocupante (IBGE, 2009a).

fundamentais.

Enfim, a despeito da insuficiência dos dados disponíveis no cadastramento do Agroamigo, o resgate de dados recentes do IBGE revela, de forma indireta, a existência de problemas estruturais nesses estabelecimentos (tamanho e qualidade da terra, condições de acesso a crédito, tecnologia empregada, assistência técnica, acesso a mercados e renda gerada). A análise apresentada nos subitens subsequentes corrobora tal afirmação.

### 3.3 Assistência técnica e adoção de tecnologia

A literatura internacional aponta que o crédito a segmentos mais pobres tende a ser informal. Apenas uma pequena parcela tem acesso ao crédito formal. No Brasil, a massificação do microcrédito rural formal se deve à ação do BNB, banco de desenvolvimento regional que criou o programa Agroamigo no ano 2005.

No entanto, continua baixa a inserção produtiva da maior parte desses agricultores, principalmente em função do baixo grau de escolaridade e a avançada idade da maioria, conforme argumentam Abramovay *et al.* (2013) e Aquino *et al.* (2014). Segundo Abramovay *et al.* (2013), tais agricultores tenderiam a escapar da miséria absoluta mais em função dos programas de transferência de renda e menos em razão de sua inserção produtiva decorrente de atividade geradora de renda.

A baixa inserção produtiva é influenciada, também, pela precariedade no fornecimento de assistência técnica pública, ou até a inexistência dela. Esta assertiva é confirmada pelos dados do cadastro prévio, visto que do total de informantes, somente 10,2% têm acesso a esse serviço. Dentre os beneficiários da assistência técnica se encontram 100 fornecedores do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que representam 55,9% dos que fornecem produtos ao Programa, mostrando que, de alguma forma, a assistência técnica pode influenciar no acesso às políticas públicas.

Outro aspecto que interfere na inserção produtiva - também influenciado pelo nível de assistência técnica recebido e pelo elevado índice de analfabetismo - é a adoção de tecnologias adequadas nas atividades produtivas (ALENCAR JR.; ALVES, 2006). Cabe lembrar que, em se tratando do Semiárido, encontra-se disponível uma gama de tecnologias apropriadas que valorizam a convivên-

cia com as condições edafoclimáticas da Região. Trata-se de valorizar ações, práticas e tecnologias que aproveitem os saberes dos agricultores sobre o ecossistema ou que busquem utilizar tecnologias alternativas, adaptadas ao contexto. Neste aspecto, o formulário do cadastramento é falho, não captando informações tão relevantes<sup>6</sup>.

Do que se capturou dos dados cadastrais em termos de tecnologia adotada (Tabela 4), confirma-se o baixo nível utilizado pelos agricultores. Veja-se que mais de 42% não adotam nenhuma tecnologia nas suas atividades agropecuárias, ao passo que os que a adotam representam baixos percentuais. Confrontando os percentuais apurados do cadastro com aqueles apanhados por Aquino *et al.* (2014) sobre o público potencial do Pronaf B, tem-se, respectivamente: mecanização (13% contra 17%) e irrigação (4,9% contra 3,37%). É baixo também o percentual de informantes que realiza a rotação de culturas (4,8%) e utiliza sementes melhoradas (3,9%). Verifica-se, por outro lado, que determinadas formas de manejo sanitário tais como vermifugação de animais e mineralização dos alimentos, são adotadas em maior ou menor grau pelos agricultores estudados (30,6% e 13,9%, respectivamente).

Tabela 4 – Adoção de tecnologias e/ou de manejo sanitário por parte dos candidatos ao Agroamigo

Tipo de Tecnologia/Manejo Sanitário	Total de Informantes	%
Vermifugação	3.970	30,6
Mineralização	1.806	13,9
Mecanização	1.691	13,0
Rotação de Culturas	627	4,8
Irrigação	642	4,9
Sementes Melhoradas	510	3,9
Nenhuma Tecnologia	5.507	42,4

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

A despeito dos problemas acima descritos, ao tomar crédito do Agroamigo os agricultores conseguem obter alguns ganhos econômicos, em particular, porque o crédito fortalece suas atividades produtivas (ABRAMOVAY *et al.*, 2013). Estudos

<sup>6</sup> Ressalte-se que tal formulário já passou por uma reformulação, de modo a corrigir esta e outras falhas como o tamanho do estabelecimento rural, a escolaridade do informante etc.

realizados por Mattei *et al.* (2007) e Neri (2012) mostram que a injeção de maiores volumes de recursos do Pronaf B no Nordeste repercute positivamente no aumento da produção de culturas alimentares básicas.

### 3.4 Infraestrutura em bens e serviços

O acesso a bens e serviços é um direito dos cidadãos brasileiros, residam eles na cidade ou no campo. Tal direito está afirmado na Constituição Federal e segundo Wanderley (2009, p.80-81) se constitui “[...] em indicador da participação dos brasileiros que vivem no campo nos resultados do progresso social atingido pela sociedade em seu conjunto e expressão efetiva do princípio da igualdade de chances a todos os cidadãos [...]”. Porém, é incontestável que populações de regiões urbanas brasileiras são melhor providas de infraestrutura que as rurais, seja na forma de bens ou de serviços públicos ou privados. Portanto, os benefícios gerados não são igualmente repartidos conforme reza a Carta Magna brasileira.

Esta assertiva se confirma na análise dos dados sobre saneamento básico a que têm acesso os agricultores candidatos ao Agroamigo (Tabela 5). A fossa séptica é o equipamento mais comum nas residências (68,5%). No entanto, tais residências são desprovidas de banheiro e é insignificante o percentual daquelas que dispõem de esgoto sanitário. Apesar de não haver uma especificação do tipo de esgotamento no formulário de cadastramento, não é difícil deduzir que não se trata de rede de esgoto, infraestrutura importante para a manutenção da saúde das famílias.

Tabela 5 – Acesso a saneamento básico por parte dos candidatos ao Agroamigo

Saneamento Básico	Total de Informantes	%
Banheiro	1	0,0
Esgoto	484	3,7
Fossa	8.896	68,5
Outras	1.182	9,1
Não possui equipamento	2.370	18,2
Não Disponível	56	0,4
<b>Total</b>	-	-

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Também em relação a coleta de lixo, o serviço deixa a desejar, visto que é realizada em apenas 11,5% dos domicílios. Ressalte-se que também em relação a este aspecto, o questionário aplicado é falho, na medida em que não coletou informações sobre que tipo de infraestrutura existe para tal.

No que respeita a equipamentos básicos de saúde, observa-se melhor cobertura, comparativamente aos itens analisados acima, principalmente em função da existência do Agente de Saúde Comunitária e dos postos de saúde que permitem o acesso a 57,3% e 36,8%, respectivamente. Por outro lado, a população analisada ainda se ressentida de serviços hospitalares, visto que apenas 14,2% têm acesso a equipamentos desta ordem, além dos 6% sem acesso a nenhum equipamento.

A situação de precariedade se reproduz socialmente no tocante à infraestrutura de produção. A água, por exemplo, recurso fundamental para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, é um bem relativamente escasso. Como exemplo, cite-se a situação dos estabelecimentos classificados por Aquino *et al.* (2014) como potenciais clientes do grupo B: 11,67% possuíam poços comuns; 2,35% possuíam poços artesianos ou semiartesianos e 18,27% possuíam cisternas. Em relação aos informantes aqui analisados, o problema mais importante diz respeito à falta de infraestrutura pública de distribuição de água, visto que 66,2% declaram não ter acesso a tal serviço. Por outro lado, revela-se uma situação mais favorável à infraestrutura privada de produção. De acordo com a Tabela 6, somente 1,8% não tem acesso a alguma fonte de água, enquanto que 25,2% têm acesso a cisternas e 30,8%, a poços. Em menor percentual, mas nada desprezível, aparece o acesso a açudes/aguadas, 11%.

Tabela 6 – Condições de acesso à água para candidatos ao Agroamigo

Tipo de Infraestrutura	Total de Informantes	%
Sistema público	4.390	33,8
Cisterna	3.275	25,2
Poço	4.003	30,8
Açude/aguada	1.429	11,0
Não possui	228	1,8
<b>Total</b>	-	-

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Sem entrar na polêmica que envolve a proposta de substituição de cisternas de placas pelas de polietileno, pode-se pensar que o incremento do acesso dos agricultores a infraestrutura de água esteja associado à criação do Programa Água Para Todos, do Governo Federal, em 2011. Este Programa objetiva universalizar o acesso à água no Semiárido no menor espaço de tempo, inclusive contando com a inserção do Programa Um Milhão de Cisternas.

Por sua vez, a energia elétrica aparece com boa cobertura e reflete a ampliação expressiva ocorrida nos últimos anos. Talvez por isso se observe uma discrepância entre os dados dos cadastros aqui analisados e aqueles divulgados pelo IBGE relativamente ao Censo Agropecuário de 2006: 92,3% contra 38% (AQUINO *et al.*, 2014), respectivamente. Em razão disso, melhora também o acesso da população rural a bens cujo funcionamento depende de acesso à energia elétrica. Veja-se que é elevado o número de informantes com acesso a aparelhos de TV, rádio, geladeira e fogão, conforme apresentado na Tabela 7. Tais informações contrariam aquelas divulgadas por Abramovay *et al.* (2013, p. 14-15), cuja pesquisa de campo realizada entre clientes do Agroamigo, com corte temporal 2006-2010, observou a deficiência de “serviços básicos da vida moderna” entre beneficiários do Pronaf B.

Tabela 7 – Acesso a eletrodomésticos por parte dos candidatos ao Agroamigo

Eletrodomésticos	Total de Informantes	%
Aparelho de TV na residência	11.812	90,9
Aparelho de rádio na residência	10.775	83,0
Geladeira na residência	11.581	89,2
Fogão na residência	11.604	89,3
Outros eletrodomésticos não citados acima	2.703	20,8

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Por outro lado, os dados do cadastro mostram que ainda é bastante limitado o acesso à internet e a computador dentro do domicílio. Apenas 1,3% dos candidatos ao Agroamigo declararam ter internet em suas casas, enquanto que 2% têm computador.

Outro aspecto importante a ser observado, diz respeito às vias de acesso que os agricultores dis-

põem para deslocamento pessoal e transporte de sua produção para os principais mercados. Evidentemente, o tipo de estrada faz toda a diferença em relação ao tempo gasto com o transporte dos produtos, repercutindo no seu custo unitário. No entanto, o que se verifica é a existência de péssimas condições das estradas de acesso (Tabela 8). Para sair ou retornar à propriedade, a maioria dos informantes se desloca por estradas de cascalho (48,8%) ou sem pavimentação (17,6%), enquanto que uma minoria (1,6%) conta com as facilidades de deslocamento que proporcionam as estradas asfaltadas.

Tabela 8 – Condições das estradas de acesso para os candidatos ao Agroamigo

Condições das Estradas de Acesso	Total de Informantes	%
Asfaltada	210	1,6
Cascalho	6.338	48,8
Não Possui	2.285	17,6
Sem pavimentação	4.122	31,7
Não Disponível	34	0,3
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

A inclusão financeira de pessoas de baixa renda é um dos objetivos de programas de microfinanças. No caso do Agroamigo, dois estudos realizados, em 2012 e 2013, tratam do tema bancarização de forma direta. O primeiro, realizado por Neri (2012), apontou para a baixa bancarização: somente 9,4% mantinham conta corrente, a quase totalidade não possuía cartão de crédito e 15% detinham conta de poupança. O segundo, sob a coordenação de Abramovay (ABRAMOVAY *et al.* 2013), observou que, apesar de ainda predominar o quadro de pobreza, já é expressivo o número de famílias que fazem poupança (mais de 40% na amostra) e crescente a bancarização desde 2006, traduzindo-se em aumento do acesso a seguros.

Quanto aos candidatos ao Agroamigo, existe um importante avanço no que diz respeito à bancarização, confirmando a tendência verificada pela equipe de Abramovay. Veja-se que 58,7% deles afirmaram ter acesso a serviços bancários. Ainda, 29,1% e 15,3% mantêm conta corrente e conta de poupança, respectivamente (Tabela 9).

Ressalve-se que, em relação à poupança ban-

cária, os dados se distanciam daqueles encontrados por Abramovay e se aproximam dos encontrados por Neri (2012). No entanto, é inexpressivo o percentual de informantes com cartão de crédito ou com algum tipo de seguro contratado.

Tabela 9 – Acesso a serviços bancários por parte dos candidatos ao Agroamigo

Serviços Bancários	Total de Informantes	%
Têm conta corrente	3.776	29,1
Têm poupança bancária	1.983	15,3
Têm cartão de crédito	252	1,9
Têm seguro contratado	15	0,1
Têm acesso a serviços bancários	7.626	58,7

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

### 3.5 Produção, comercialização e mercados

É notório que existe pouca diversificação das atividades produtivas desenvolvidas pelos candidatos ao Agroamigo, predominando a pecuária, visto que aproximadamente 61% dedicam-se a essa atividade (Tabela 10). A desagregação do item “pecuária” evidencia a supremacia da prática exclusiva de bovinocultura (64,4%), seguida pela criação de pequenos animais: caprinos e ovinos (15,6%) e suínos (10,5%).

A agricultura representa somente 12,7% das atividades desenvolvidas pelos informantes. A desagregação de tal item mostra as atividades de horticultura em geral com certa importância (21,5%); uma pequena parte (3,5%) explora raízes e tubérculos, principalmente mandioca. A maioria, no entanto (75%), se dedica à atividade tradicional representada pela produção de alimentos básicos (milho e feijão).

A atividade extrativa, representada pela pesca artesanal, a silvicultura e outras formas de extrativismo, é pouco expressiva, não alcançando 2% o percentual dos que declaram exercê-la.

Os serviços são pouco representativos (praticados por 8,5% do total de informantes), apresentando-se o artesanato (302 informantes) e o comércio (256 informantes), como os mais importantes. A agroindústria e o turismo rural aparecem, mas com pouca expressão.

Quanto ao tempo de dedicação dos informan-

tes à atividade, é relativamente curto. Apesar de 70% deles se dedicarem à atividade há mais de cinco anos, 50,6% ainda não ultrapassaram os 20 anos de dedicação.

Tabela 10 – Atividades desenvolvidas pelos candidatos ao Agroamigo

Atividades	Total de Informantes	%
Pecuária	7.926	61,0
Agricultura	1.644	12,7
Extrativismo	248	1,9
Serviços	1.101	8,5
Não Disponível	1.417	10,9
Não respondeu	653	5,0
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Como apresentado na Tabela 10, a maioria dos agricultores (61%) tem a ofertar no mercado produtos da pecuária (principalmente originários de bovinos, caprinos, ovinos e suínos). O principal destino destes produtos é o mercado local, conforme declararam 87,7% dos informantes. Além disso, a maioria desses agricultores realiza as vendas de forma individual (somente 0,4% declararam realizar comercialização coletiva) e diretamente aos consumidores (75,5%), enquanto apenas 8,5% adotam o artifício de entregar os produtos ao atravessador. Esse mercado, na visão de 50,2% dos informantes, apresenta demanda regular e os concorrentes são apenas locais, sendo praticamente nulo o percentual dos que julgam saturada a demanda por seus produtos.

Logicamente, o perfil produtivo desses agricultores não soa como novidade nem na academia nem entre gestores de políticas para o segmento. Ao contrário, o tema tem sido alvo de discussão tanto num quanto noutro meio. Em relação ao Agroamigo, por exemplo, ao longo de seus 10 anos de operacionalização o debate tem sido permeado de críticas sobre sua incapacidade de promover a diversificação da produção dos agricultores beneficiários, contrariamente ao previsto em seus objetivos. Mais especificamente, critica-se o Programa por não conseguir resolver o antigo problema do Pronaf B, de concentração dos financiamentos em atividades pecuárias. Os dados de aplicação comprovam que a maioria dos contratos ainda se desti-

na a um conjunto limitado de atividades tais como bovinocultura, ovinocaprino cultura e suinocultura, consideradas tradicionais, em detrimento do apoio a atividades inovadoras, capazes de reduzir as vulnerabilidades e diversificar as fontes de renda dos agricultores, como colocam alguns pesquisadores (ABRAMOVAY *et al.*, 2013; ALMEIDA; AQUINO, 2014). Cabe, então analisar, mesmo que de forma resumida, os motivos que levam à prevalência desse perfil entre os candidatos ao Agroamigo, numa tentativa de lançar luzes para a compreensão da problemática que recai sobre o Programa.

É importante entender, em primeiro lugar, que nos mercados aos quais se destinam os produtos desses agricultores (mercados locais), predominam circuitos curtos, dentro dos espaços da rede de proximidade (daí a outra denominação de mercados de proximidade), representados pela própria unidade de produção (venda de produtos para parentes, amigos, vizinhos, intermediários, mercearias locais), por feiras livres, mercados públicos e comerciantes das sedes municipais. Daí deriva outra questão importante para observação: esses circuitos funcionam em função da demanda e não da oferta. Implica que o agricultor não necessita concentrar a oferta de produtos em um único período, mas distribuí-la ao longo de todo o ano, em pequenas quantidades, sempre de acordo com a demanda. Este aspecto concorre a favor dos produtos pecuários, na medida em que sempre há disponibilidade para atender à demanda por pequenas quantidades ao longo do ano, conferindo vantagem em relação, por exemplo, a produtos agrícolas que, além de sazonais, expõem-se mais a riscos por ataques de pragas e/ou estiagens. Neste sentido, os produtos pecuários cumprem um papel de conferir liquidez aos agricultores familiares, sendo este o terceiro aspecto que merece atenção. Ainda, por tratar-se de produto de fácil comercialização, os animais podem suprir a necessidade imediata de capital para o tratamento de doenças ou a solução de problemas urgentes. Portanto, representam uma espécie de poupança familiar.

Outro ponto relevante diz respeito ao mercado a que têm acesso os agricultores, pois o mesmo define o tipo de relação que se estabelece entre ofertante e cliente. Nos mercados de proximidade se estabelece uma relação de confiança entre ambos, tornando o produto oferecido confiável aos olhos do cliente, fazendo-o dispensar as garantias formais de qualidade. Isso leva a outra questão im-

portante, que é a de livrar o agricultor de lidar com códigos ou regras, normas e especificações diferentes daquelas praticadas entre familiares, entre vizinhos, entre comunitários, entre conhecidos. Esta peculiaridade dos mercados de proximidade estimula os agricultores a realizarem controle de qualidade dos produtos oferecidos e, no caso da pecuária, tal controle é favorecido pela condição do produto (carne, leite, queijo e couro) ser originário da própria unidade de produção. Além de concorrer para o fortalecimento do vínculo de confiança em relação à qualidade do produto (acesso a informações sobre sua origem), a comercialização de produção própria favorece a autonomia relativa dos agricultores e oferece maior estabilidade financeira, em função de haver uma transformação de receitas de capital de giro em renda.

### 3.6 Renda e benefícios sociais

Na Tabela 11, a renda bruta média mensal de R\$ 1.681,98 foi obtida calculando-se a média das rendas brutas mensais de todos os informantes, nas diversas fontes. Excluindo-se as rendas originárias da previdência rural e de benefícios sociais (outras fontes), a renda bruta anual não atinge os R\$ 20 mil (R\$ 1.637,22/mês), indicando o enquadramento dos agricultores para acesso ao Pronaf B.

Um aspecto a ressaltar é a concentração de renda procedente de atividades agropecuárias (93%), sendo o maior percentual oriundo da pecuária (48,5%), seguido pela agricultura (22,3%) e o extrativismo (22,2%). Esta informação guarda coerência com aquelas apresentadas no item anterior (Tabela 10), portanto, a maior parcela da renda oriunda de atividades agropecuárias, em particular, na pecuária, é consequência da concentração do esforço produtivo desses agricultores nessas atividades. Rendas oriundas de atividades não agropecuárias (4,3%), aposentadoria (2,1%) e outras fontes (0,6%) - ressaltando que estas últimas representam a renda originária dos programas sociais discriminados na Tabela 14 - totalizam os 9% restantes para compor a renda média mensal total de R\$ 1.681,98.

Outro fato a ressaltar diz respeito aos beneficiários da aposentadoria rural. Apenas 6,6% dos informantes declararam receber o benefício, desmistificando a imagem de que esse segmento é, em geral, beneficiário da aposentadoria rural.

Fazendo-se um paralelo da participação da renda agropecuária dos informantes com a da renda agropecuária dos estabelecimentos pertencentes a potenciais pronafianos B (AQUINO et al., 2014), percebe-se uma divergência importante, pois enquanto nos primeiros ela representa 93% da renda total (Tabela 11), nos segundos não atinge os 25%.

Ainda, a baixa participação da renda da atividade não agropecuária diverge do que se constatou em pesquisas de campo na Região, sempre superiores à renda agropecuária. Estudo realizado por Alves *et al.* (2006), no Baixo Jaguaribe (CE), revelou que a receita da atividade não agropecuária equivale a 64,9% do total. Aplicando a mesma metodologia, no Cariri cearense, Carneiro (2008) observou que a renda da atividade não agropecuária representa 46,4% da renda total, contra 29,2% de participação da renda da atividade agropecuária. Neste aspecto, não é descartada a existência de viés na informação dos candidatos ao Agroamigo, visto que a pergunta aconteceu no contexto da elaboração de um cadastro em visita prévia à concessão de financiamento bancário<sup>7</sup>. Caberia, então, uma investigação que permitisse verificar a real composição de cada um dos itens de renda.

Na Tabela 12, procurou-se observar a distribuição dos informantes nos diversos níveis de renda arbitrariamente definidos, com o intuito de entender se há concentração de candidatos ao Agroamigo em determinado nível ou se, ao contrário, existe uma distribuição equitativa nos diversos níveis.

Uma informação relevante diz respeito ao elevado percentual de informantes que se declararam sem nenhuma fonte de renda (26,9%). Além disso, a maioria (61%) obtém renda mensal total de até um salário mínimo e somente 7,6% auferem mais de um e até dois salários mínimos. O restante (4,4%) consegue uma renda mensal total acima dos dois salários mínimos. Significa, então, que apesar da ampliação do atendimento do Agroamigo para outros grupos do Pronaf, grande parte dos candidatos a clientes do Programa ainda se apresenta com o perfil do público com acesso ao Pronaf B.

7 Num passado não tão distante, as normas do Banco Central e, por consequência, do BNB para financiamento das atividades rurais de mini produtores (categoria que corresponderia aos agricultores familiares atualmente enquadrados no Pronaf B) incluíam a exigência de que a renda agropecuária bruta anual representasse pelo menos 80% do total (BNB, 1994). Pode ser que esse tipo de informação persista no imaginário dos agricultores familiares, em função do limitado acesso a informação.

Tabela 11 – Média da renda bruta mensal obtida das diversas fontes dos candidatos ao Agroamigo

Fontes de Renda	Renda Média	%
Atividade pecuária	815,85	48,5
Atividade agrícola	374,30	22,3
Extratativismo	374,15	22,2
Atividades não agropecuárias	72,92	4,3
<b>Subtotal 1</b>	<b>1637,22</b>	<b>97,3</b>
Aposentadoria	33,94	2,1
Outras fontes	10,82	0,6
<b>Subtotal 2</b>	<b>44,76</b>	<b>2,7</b>
<b>Renda Total</b>	<b>1.681,98</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Tabela 12 – Faixas de renda mensal da renda total dos candidatos ao Agroamigo

Faixa de Renda (R\$ (*)	Total de Informantes	%
Sem renda	3.495	26,9
R\$ 0,01 a 1 SM	7.924	61,0
Acima de 1SM a 2SM	983	7,6
Acima de 2SM a 3SM	155	1,2
Acima de 3SM a 4SM	119	0,9
Acima de 4SM a 5SM	79	0,6
Acima de 5SM a 6SM	97	0,7
Acima de 6SM a 7SM	49	0,4
Acima de 7SM a 8SM	25	0,2
Acima de 8SM a 9SM	18	0,1
Acima de 9SM a 10SM	13	0,1
Acima de 10SM	32	0,2
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

(\*) Salário mínimo de 2015: R\$788,00.

O mesmo critério adotado para elaboração da Tabela 12 foi utilizado para identificar o comportamento da renda oriunda das atividades agropecuárias (Tabela 13), tendo em vista a sua importância na composição da renda total dos informantes.

O percentual dos sem renda agropecuária (34,1%) chega a ser superior ao dos sem renda total (26,9%, conforme Tabela 12) revelando que: a) este percentual é muito superior ao identificado nas tabulações especiais do Censo (11,66%), de

acordo com Aquino *et al.* (2014), indicando que a precariedade de renda entre os informantes é mais grave do que conseguem captar os dados do IBGE; b) a diferença de 7,2% (34,1% – 26,9%) é composta por informantes cuja renda é obtida exclusivamente de outras fontes (atividades não agropecuárias, aposentadoria, benefícios sociais); c) não houve produção agropecuária nesses estabelecimentos (ou, pelo menos, a produção não gerou renda monetária); d) mais de 59% dos estabelecimentos não conseguem gerar renda superior a um salário mínimo. O conjunto das informações oferece indicações de que o principal cliente do Agroamigo continua sendo o pertencente ao Grupo do Pronaf B.

Tabela 13 – Faixas de renda mensal da atividade agropecuária dos candidatos ao Agroamigo

Faixa de Renda (R\$)	Total de Informantes	%
Sem renda	4.433	34,1
R\$ 0,01 a 1 SM	7.716	59,4
Acima de 1SM a 2SM	346	2,7
Acima de 2SM a 3SM	114	0,9
Acima de 3SM a 4SM	129	1,0
Acima de 4SM a 5SM	85	0,7
Acima de 5SM a 6SM	69	0,5
Acima de 6SM a 7SM	33	0,3
Acima de 7SM a 8SM	20	0,2
Acima de 8SM a 9SM	10	0,1
Acima de 9SM a 10SM	4	0,0
Acima de 10SM	21	0,2
Não respondeu	9	0,1
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Na Tabela 14, desagrega-se o item “outras fontes” da Tabela 11, composta pelos programas sociais aos quais têm acesso os informantes. Embora alcançando 84,6% dos informantes, os benefícios oriundos de programas sociais têm baixa representatividade na composição da renda total (0,6%, conforme Tabela 11), diferentemente do que apontam os dados dos potenciais pronafianos do Grupo B (Aquino *et al.* (2014).

O Programa Bolsa Família é o campeão, con-

tando com 52,9% de beneficiários. Com menor importância, aparece o Programa Saúde da Família, permitindo o acesso a 16,9% dos candidatos ao Agroamigo.

Tabela 14 – Acesso dos candidatos ao Agroamigo a políticas de proteção social

Políticas de Proteção Social	Total Clientes	%
Bolsa Família	6.877	52,90
Programa Saúde da Família (PSF)	2.192	16,90
Merenda Escolar	576	4,43
Programa Luz para Todos	397	3,06
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	179	1,38
Prouni	7	0,05
Programa Brasil Carinhoso	4	0,03
Saúde Não Tem Preço	3	0,02
Outros	753	5,80

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Por outro lado, programas sociais como o PAA, o Prouni, o Programa Brasil Carinhoso e o Saúde Não Tem Preço, têm alcance limitado. O PAA, por exemplo, é um programa destinado à aquisição de produtos originários da agricultura familiar e seu repasse para programas públicos e organizações sociais. O Programa garante a segurança alimentar de populações em situação de risco e atua na comercialização dos produtos. No entanto, beneficiou somente 1,38% dos informantes. Em termos nacionais, o alcance tem sido também pífio, segundo Grisa *et al.* (2011), beneficiando 3,65% do total de estabelecimentos familiares brasileiros no ano de 2008. Estes autores sugerem como principais limitações para sua operacionalização: a) divulgação limitada; b) agricultores desconhecem a sua dinâmica e os seus objetivos; c) critério de seleção dos beneficiários, que favorece os mais consolidados; d) atraso na liberação dos recursos; e) dificuldades com o transporte dos produtos.

Assim, em função da importância que representa o PAA para o fortalecimento da agricultura familiar, caberia mais discussão sobre os motivos que travam o acesso dos agricultores. Porém, uma discussão sobre o tema está fora do escopo de análise do presente trabalho.

## 4 Considerações finais

Em função das dificuldades operacionais do Pronaf B na região Nordeste, o BNB criou, em 2005, o Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado (Agroamigo). Trata-se de uma metodologia específica, adaptada do Programa Crediamigo, para atender de forma diferenciada os agricultores de baixa renda enquadrados no Pronaf B e, assim, suprir a lacuna observada naquele Programa. A partir de 2012, o Agroamigo passou a abarcar os demais grupos do Pronaf, exceto A e A/C, aparentemente relativizando aquele propósito inicial. Em função disso, o presente estudo teve o objetivo de verificar o alcance atual do Programa, ou seja, se a despeito de tal ampliação, continua priorizando os agricultores enquadrados no Pronaf B.

O estudo confrontou o perfil socioeconômico de agricultores familiares candidatos a clientes do Agroamigo com informações que identificam o perfil do público-alvo do Pronaf B. Os dados dos candidatos a clientes do Agroamigo são originários de uma base de dados cadastrais construída pelos assessores de crédito do Programa. Foi feito um recorte temporal abrangendo os anos 2012 a 2014, de modo a permitir verificar as semelhanças e diferenças entre o perfil dos agricultores candidatos a tomadores de crédito do Agroamigo e o perfil do público-alvo do Pronaf B.

Embora os informantes se distribuam por toda a área de atuação do BNB, os estados da Bahia e do Ceará, juntos, abrigam cerca de um terço deles, seguindo a tendência apontada nas tabulações especiais do Censo Agropecuário 2006, em relação ao público potencial do Pronaf B e também verificada nas contratações do Agroamigo.

Um aspecto importante a ressaltar é a participação das mulheres, representando quase metade dos informantes. Antes em desvantagem em relação aos homens, as mulheres vêm ganhando espaço nas políticas de microcrédito, caso também do Agroamigo.

A análise da variável posse da terra foi prejudicada em função da insuficiência de informações no banco de dados cadastrais, não sendo possível verificar, por exemplo, o tamanho e a qualidade da terra. Contudo, foi possível obter informações sobre o acesso à assistência técnica, o padrão tecnológico adotado nas atividades, os canais e as

formas de comercialização dos produtos, além da renda média obtida pelos agricultores cadastrados.

A precariedade da infraestrutura de produção observada entre clientes potenciais do Pronaf B se reproduz entre os candidatos ao Agroamigo, destacando-se a reduzida quantidade de agricultores com acesso a sistema público de água, recurso fundamental para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Por outro lado, os dados cadastrais mostram avanço importante em relação à bancarização dos agricultores, destacando-se o acesso a conta corrente e poupança, confirmando dados de pesquisas anteriores realizadas com clientes do Agroamigo.

A assistência técnica é precária e baixos os níveis de tecnologia empregados no desenvolvimento das atividades produtivas, exceto a adoção de formas de manejo alimentar e/ou sanitário, tais como a mineralização dos alimentos e a vermifugação dos rebanhos. Mas a preocupação com ambos os itens não ocorre por acaso, uma vez que predomina a atividade pecuária entre esses agricultores, principalmente a bovinocultura.

Em função disso, a maior fonte de renda é originária dessas atividades, muito embora existam rendas complementares da agricultura, do extrativismo, de atividades não agropecuárias, da previdência social (aposentadoria) e de programas sociais, principalmente o Bolsa Família. Mas a renda média total obtida dessas diversas fontes é baixa, não ultrapassando os R\$ 20 mil anuais, com o agravante que mais de 60% obtêm renda média mensal de até um salário mínimo.

Os produtos são comercializados preferencialmente nos mercados locais, de forma individual e diretamente com os consumidores, configurando-se os mercados como de proximidade. Esses mercados funcionam dentro da rede de proximidade e em função da demanda, que se distribui em pequenas quantidades durante todo o ano. Ainda, a atividade pecuária apresenta a vantagem de estar menos exposta a riscos que os produtos agrícolas e cumpre o papel de conferir liquidez à unidade de produção e representa uma espécie de poupança familiar. Pode-se pensar, então, que aspectos econômicos, sociais e culturais influenciam a preferência dos agricultores nordestinos pela produção pecuária.

No entanto, o perfil produtivo desses agricultores, bem como a incapacidade de programas

como o Pronaf B (no passado) e o Agroamigo (no presente) de modificá-lo, têm sido alvo de críticas oriundas de setores acadêmicos. Argumenta-se pela necessidade de diversificar e inovar para reduzir as vulnerabilidades e melhorar a renda dos agricultores. Tais críticas, de modo geral, prendem-se a argumentos essencialmente econômicos, colocando à margem aspectos sociais e culturais que moldam a vida nas comunidades rurais nordestinas, por exemplo, a rede de proximidade que permeia o processo produtivo e a comercialização dos produtos. Acredita-se, por conseguinte, que este tema merece ser melhor explorado em pesquisas de campo, de modo a captar a problemática a partir do ponto de vista dos próprios agricultores e, desta forma, entender não apenas os aspectos econômicos envolvidos, mas também os socioculturais.

Concluindo, no geral, observou-se a existência de semelhanças entre os perfis confrontados. Assim, apesar da ampliação do atendimento do Agroamigo para outros públicos, o agricultor com perfil do Pronaf B segue compondo a maior parcela dos que se candidatam à obtenção de crédito. Cabe ponderar, no entanto, que os dados aqui analisados contemplam somente três anos de operacionalização do Programa com a base de clientes ampliada, portanto, sem a maturação suficiente para uma avaliação rigorosa. Registre-se, então, a importância de uma avaliação futura.

## Referências

ABRAMOVAY, R.; RODRIGUES JR., M.; MADEIRA, G. A.; GONÇALVES, M. F.; SANTOS, R. A. **Cinco anos de Agroamigo: retrato do público e efeitos do Programa**. 2a. ed. rev. atual. ampl. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: IPEA: abril, 1998. 51p. (Texto para Discussão n.641).

ALENCAR JR., J. S.; ALVES, M. O. O subespaço semiárido no contexto de uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste. In: BERNAL, C. (Org.). **A economia do Nordeste na fase**

**contemporânea.** Fortaleza: BNB; UFC, 2006. p. 235-259.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. pp. 39-66.

ALMEIDA, C. R. A.; AQUINO, J. R. Evolução e limites do Programa de Microcrédito Rural AGROAMIGO no município de Angicos/RN (2006 a 2012). In: VI Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2014, Campinas-SP. **Anais...** CD-Rom do VI Encontro da Rede de Estudos Rurais - Desigualdade, Exclusão e Conflitos nos Espaços Rurais. Campinas-SP: RER/UNICAMP, 2014. v. 1. p. 1-15.

ALVES, M. O.; VALENTE JUNIOR, A. S.; BRAINER, M. S. de C. P. **Pluriatividade no espaço rural do pólo Baixo Jaguaribe, Ceará.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. (Série Documentos do Etene, v. 11).

AQUINO, J. R. de.; RADOMSKY, G. F. W.; SPOHR, G.; PEÑAFIEL, A. P. P.; RADOMSKY, C. W. Dimensão e características do público potencial do grupo B do Pronaf na região Nordeste no estado de Minas Gerais. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006.** Brasília: IPEA, 2014.

AQUINO, J.; LACERDA, M. A. D. de. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. S167-S188. 2014.

BANDEIRA, L. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Brasília: Cepal-SPM, 2005.

BNB (Banco do Nordeste do Brasil). **FNE Proposta de aplicação.** Exercício de 1995. Fortaleza: BNB, 1994.

\_\_\_\_\_. **Cadastro socioeconômico do Agroamigo:** informações coletadas por assessores de microcrédito em visita prévia ao financiamento. [CD-ROM]. Fortaleza: BNB, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Agroamigo.** 2015b. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/web/guest/agroamigo>. Acesso em 29 01 2015.

\_\_\_\_\_. **Base de dados do Agroamigo.** [CD-ROM]. Fortaleza: BNB, 2015c.

CARNEIRO, W. M. A. **Pluriatividade na agricultura familiar: o caso do pólo de desenvolvimento de agronegócios cariri cearense.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2008 (Série Documentos do ETENE, v. 22).

CORRÊA, P. C. V.; SILVA, F. F.: O novo desenho do Financiamento Agrícola e as dificuldades para os produtores não integrados. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52, **Anais...** Cuiabá (MT): UFMT, 2004.

ENAP – Escola Nacional de Educação Pública. **Experiência: Agroamigo.** 2011. Disponível em: [http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=309](http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=309). Acesso em 29 01 2015.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009a. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&e=l&c=1109>. Acesso em 23 01 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009b. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/Brasil\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf). Acesso em 23/01/2012.

FERNANDES, S. A. Entraves para inclusão de gênero no Pronaf Mulher no meio rural de Santa Catarina. **Revista Grifos**, n. 34-35, p. 157-175, 2013.

GRISA, C.; SCHMITT, C.; MATTEI, L.; MALUF, R.; Leite, S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. In: ROMANO, J. O.; HERINGER, R. (Orgs). **A política vivida**: olhar crítico sobre monitoramento de políticas públicas. 1 ed. Rio de Janeiro: Actionaid/Ford Foundation, 2011, p. 367-392. Disponível em: < [http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa\\_AABR-OPPA\\_Texto\\_PAA\\_versao\\_livro.pdf](http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.45, n.2, p.301-328, abr./jun, 2007.

MAGALHÃES, A. M.; FILIZZOLA, M.. The family farm program in Brazil: the case of Parana. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43, 2005[S.1]. **Anais...** [s.1.; s.n.]. 2005. Ribeirão Preto, SP.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: Análise de Indicadores. Série Estudos 11. NEAD. MDA, 2005.

MATTEI, L.; WAQUIL, P.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M.; RADOMSKY, G.; NAMIZAKI, G.; NIEDERLE, S. Uma análise dos impactos do Pronaf sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007[S.1]. **Anais...** [s.1.; s.n.]. 2007.

NERI, M. C. (Coord.). **Microcrédito, Mobilidade Social e Avaliação de Impactos do Agroamigo e do Crediamigo**. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012.

WANDERLEY. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos, sociedade e agricultura**. n.17, v.1, abr. 2009. p.60-85.